

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E RELAÇÕES COM O PLANEJAMENTO URBANO REGENERATIVO

Nathalie Schimidt Krieger¹

Rozane Marcia Triches²

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Planejamento urbano; Permacultura; Cidade.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as discussões acerca do desenvolvimento sustentável ganharam notoriedade diante do agravamento de crises sociais, econômicas e ambientais associadas ao modelo de desenvolvimento capitalista em que vivemos atualmente. A expansão urbana desordenada, a exploração de recursos naturais e a ampliação de desigualdades sociais evidenciam a limitação de um sistema que já não pode ser observado de forma isolada.

Segundo Sachs (2000, p. 48), a Conferência de Estocolmo representou um marco nas discussões ambientais, pois foi onde se inseriu pela primeira vez a temática do meio ambiente na agenda internacional. Embora ainda não consolidasse plenamente o conceito de desenvolvimento sustentável, a conferência foi responsável por evidenciar o grande desafio de encontrar meios reais de conciliar economia, sociedade e meio ambiente, bem como assegurar a conservação dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras.

No contexto brasileiro especificamente, tal discussão torna-se ainda mais relevante diante das profundas desigualdades socioespaciais e dos impactos ambientais

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo e mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Centro Universitário Campo Real; Universidade Federal da Fronteira Sul – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, nathalie.krieger@estudante.uffs.edu.br.

² Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul. E mail: rozane.triches@gmail.com

associados ao modelo de urbanização predominante. Grande parte das cidades brasileiras se desenvolveram, segundo Maricato (2000, p. 124), baseadas num planejamento urbano modernista/funcionalista, que nada mais é do que um importante instrumento de dominação ideológica que mascara a cidade real para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo. Assim, embora exista um amplo aparato regulatório urbano, ele nos resulta um cenário de precarização urbana, vulnerabilidade ambiental e redução da qualidade de vida.

Buscando alternativas para transformar essa realidade, surgem abordagens como a agroecologia e a permacultura como caminhos para construção de lugares mais fortes e sustentáveis. A permacultura, em especial, propõe uma forma de planejamento que une sistemas naturais e humanos, buscando soluções que promovam o equilíbrio ecológico, a independência local e o fortalecimento das comunidades. Dessa forma, o objetivo deste ensaio é analisar como o desenvolvimento sustentável, o planejamento urbano e a permacultura podem atuar de forma integrada para propor meios que tornem os espaços urbanos mais resilientes e conectados aos ciclos naturais.

DESARROLLO

A partir das reflexões organizadas por Niederle e Radomsky (2017), observa-se que a própria noção de desenvolvimento passou por transformações profundas, deixando de ser vista apenas como crescimento econômico para ganhar uma face mais humana e multidimensional. Entre as décadas de 1940 e 1970, o que imperava era a chamada visão "modernizante", muito pautada na ideia de progresso linear. Nesse contexto, as teorias sustentavam que o subdesenvolvimento era apenas uma fase inicial e que, através de etapas lineares, os famosos "estágios" de Rostow, qualquer nação poderia alcançar a modernidade. Nesse cenário, a inovação técnica e o dinamismo empresarial descritos por Schumpeter eram vistos como as grandes engrenagens dessa mudança.

Segundo Niederle e Radomsky (2017), dialogando com a perspectiva de Celso Furtado, afirmam que essa visão simplista não demorou a ser questionada, uma vez que não se tratava de uma "etapa", mas de um problema estrutural que exigia reformas profundas nas bases da sociedade. Mas a grande virada de chave veio mesmo com Amartya Sen. Ao propor o desenvolvimento como liberdade, ele torna-se um motor da

autonomia, exigindo que os direitos humanos, sejam eles civis, políticos ou sociais, saiam do papel e se tornem garantias concretas na vida de cada cidadão (GREGOLIN et al., 2020, p. 54).

Complementarmente, Ignacy Sachs introduziu o conceito de ecodesenvolvimento, que posteriormente evoluiu para o desenvolvimento sustentável multidimensional. Segundo Gregolin *et al.* (2020, p. 55), o autor organiza essa visão em seis pilares fundamentais: o social, o cultural, o ecológico/ambiental, o territorial, o econômico e o político. Embora na teoria possamos analisá-los um a um, na prática essas dimensões se misturam o tempo todo, exigindo um planejamento que saiba lidar com essa complexidade sem deixar nenhum ponto para trás.

Esta evolução teórica culminou na transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Enquanto a agenda anterior era criticada por ser minimalista e focada apenas em remediar a pobreza, a nova proposta busca corrigir esse rumo, integrando crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental de forma indissociável (Jannuzzi; De Carlo, 2018, p. 18). A Agenda 2030, pactuada em 2015, é composta por 17 objetivos e 169 metas, com foco em cinco áreas cruciais: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria.

RESULTADOS, AVANCES Y REFLEXIONES

Quando pensamos em aplicar essas ideias na prática, a Agenda 2030 surge como um roteiro valioso. O ODS 11, por exemplo, foca em tornar as cidades e comunidades mais inclusivas e resilientes. Isso vai de encontro à necessidade de romper com aquele urbanismo engessado e funcionalista que Maricato (2000) critica. A ideia aqui é apostar em um urbanismo regenerativo, que vá além de "diminuir danos" e busque, de fato, restaurar o equilíbrio ambiental das cidades, tratando-as como sistemas vivos que precisam de infraestrutura verde e espaços que unam as pessoas.

Ao mesmo tempo, o ODS 2 nos lembra que não existe cidade sustentável sem um campo saudável, focando na erradicação da fome e na promoção de uma agricultura que respeite a terra. No Brasil, essa conversa evoluiu muito: hoje não falamos apenas de "rural agrícola", mas de um rural territorial. O campo é visto como um lugar de vida e cultura (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016, p. 145) e não apenas uma fábrica de grãos

para exportação. Desenvolver o rural de forma sustentável significa encarar de frente a nossa velha questão agrária, buscando justiça social e superando aquele modelo de "modernização conservadora" que, por décadas, concentrou terras e abusou de químicos.

É nesse cenário que a permacultura, sistematizada por Bill Mollison (1988) e David Holmgren (2002), surge como uma resposta prática e revolucionária. Mollison definia a permacultura como o design consciente de ecossistemas que possuem a diversidade e a estabilidade dos sistemas naturais, mas que fornecem alimento, energia e abrigo de forma sustentável. No planejamento urbano regenerativo, isso significa redesenhar as cidades para que elas capturem energia, processem seus próprios resíduos e produzam alimento localmente, rompendo com a lógica de cidades que apenas consomem recursos do campo. Para a agricultura familiar, essa abordagem se traduz em quatro pontos vitais:

1. Resiliência no dia a dia: Técnicas como o manejo ecológico do solo e a diversificação de plantios protegem a propriedade de pragas e extremos climáticos, garantindo comida na mesa e estabilidade para a família.

2. Autonomia de verdade: Quando o agricultor aprende a produzir seu próprio adubo e a gerir seus recursos, ele para de depender tanto de insumos caros e de venenos, ganhando fôlego financeiro e independência.

3. Cuidar do que é nosso: A permacultura ensina a guardar água e recuperar solos que pareciam perdidos, transformando o agricultor em um guardião da biodiversidade, o que casa perfeitamente com o ODS 15.

4. Futuro para o jovem: Um dos maiores problemas do campo hoje é o êxodo dos jovens. A permacultura, ao unir tecnologia sustentável com qualidade de vida, mostra que o campo pode ser um lugar moderno e digno para se viver, garantindo que a próxima geração queira continuar o trabalho da família.

CONSIDERACIONES FINALES Y PROYECCIONES

Ao analisarmos o desenvolvimento sustentável sob suas perspectivas históricas, fica claro que o distanciamento entre o homem e a natureza foi um dos principais erros do planejamento urbano convencional. A proposta de um planejamento urbano regenerativo surge, portanto, não apenas como uma alternativa técnica, mas como o

meio necessário de resgatar a qualidade de vida e a resiliência que são intrínsecas ao meio rural. Integrar a permacultura a esse processo significa trazer a lógica dos ciclos naturais para o coração das cidades, permitindo que o ambiente urbano deixe de ser um parasita de recursos para se tornar um ecossistema produtivo e equilibrado.

Essa integração rompe com a barreira artificial entre o campo e a cidade, mostrando que a dignidade humana e a conservação ambiental são indissociáveis. O desenvolvimento que buscamos, pautado na liberdade e na autonomia, depende de territórios que saibam honrar suas raízes rurais enquanto constroem um futuro urbano regenerativo. Somente ao englobar essa visão sistêmica é que seremos capazes de transformar a realidade das nossas cidades, garantindo que a sustentabilidade deixe de ser um conceito abstrato para se tornar uma experiência vivida por todos.

REFERENCIAS

GREGOLIN G.C. et al. **Desenvolvimento: do unicamente econômico ao sustentável multidimensional**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 12, n. 3, p. 51-64, dez. 2019.

HOLMGREN, David. **Permaculture: Principles and Pathways Beyond Sustainability**. Hepburn: Holmgren Design Services, 2002.

JANNUZZI, PM; De Carlo, S. **Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI**. Bahia anál. dados, Salvador, v. 28, n. 2, p.6-27, jul.-dez. 2018.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. p. 121-192.

MOLLISON, Bill. **Permaculture: A Designers' Manual**. Tyalgum: Tagari Publications, 1988.

NIEDERLE P.A.; RADOMSKY G.F.W. (org). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.